



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO
DE CADASTRO RESERVA - EDITAL Nº 01/2022**

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **18 (dezoito) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **95 (noventa e cinco) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 10 (dez) questões, Raciocínio Lógico 05 (cinco) questões, Noções de Informática 05 (cinco) questões e Conhecimentos Específicos 75 (setenta e cinco) questões.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **03 (três) horas após seu início.**
- XII. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões após transcorridas 03 (três) horas a partir do início da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:								ASSINATURA DO CANDIDATO:							INSCRIÇÃO:				
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95					

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 01

Projeto Galileo vai procurar objetos extraterrestres no Sistema Solar.

(Este texto foi modificado especificamente para este concurso. O texto original está disponível em <https://super.abril.com.br/ciencia/projeto-galileo-vai-procurar-objetos-extraterrestres-no-sistema-solar/>)

Em 2017, um objeto rochoso desconhecido invadiu nosso Sistema Solar. O pedregulho foi identificado pelo telescópio Pan-STARRS1, no Havaí, e nomeado como Oumuamua, que significa “mensageiro” em havaiano. Na época, (I) _____ (criou se – criou-se) um grande impasse na comunidade científica, já que ninguém sabia definir o que era aquilo. Enquanto alguns defendiam que o objeto era um asteroide ou um cometa, outros diziam que poderia ser uma nave alienígena.

Em março de 2021, foi divulgado um estudo feito pela União Geofísica Americana que classificava o Oumuamua como um fragmento de exoplaneta. Mesmo assim, há quem acredite que extraterrestres podem estar por aí. No início desta semana, a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, anunciou o lançamento do Projeto Galileo, que buscará evidências de vida alienígena no espaço.

O projeto é liderado por Avi Loeb, astrofísico e autor do livro ‘Extraterrestre: o primeiro sinal de vida inteligente fora da Terra’. Na obra, Loeb analisa (II) _____ (as – às) possibilidades do Oumuamua ser uma construção alienígena, já que não liberou gases nem deixou rastros de poeira estelar ou detritos durante sua passagem.

Após a publicação do livro, em maio deste ano, alguns investidores procuraram Loeb para financiar um projeto de busca por extraterrestres. O pesquisador conseguiu, no total, US\$ 1,75 milhão – valor suficiente para montar uma equipe e começar o planejamento do projeto, que pretende analisar informações coletadas pelos telescópios já existentes ao redor do mundo, e encontrar objetos físicos interestelares, sejam eles de origem natural ou não. Loeb pretende levantar fundos para construir uma rede de telescópios de baixo custo – que, segundo ele, custariam apenas US\$ 500 mil cada.

Além do Oumuamua, o projeto também consiste em um relatório do governo americano (III) _____ (a cerca – acerca) de fenômenos aéreos não identificados (UAP, na sigla em inglês) divulgado no último mês. O documento, que analisa uma série de casos envolvendo UAPs, conclui que a maioria deles eram objetos físicos. Apesar disso, não há dados suficientes para dizer se os objetos eram balões meteorológicos, drones utilizados em programas secretos dos EUA ou qualquer outra coisa.

De toda forma, o trabalho de Loeb não focará nesses UAPs já documentados, mas olhará para a frente. O objetivo do grupo é capturar imagens em (IV) _____ (auta – alta) resolução de objetos não identificados e estudá-las o mais cedo possível. O Oumuamua, por exemplo, só ficou visível para os telescópios por dois meses e meio.

1) Observe as lacunas no texto 01 a serem preenchidas. Assinale a alternativa que as preencha correta e respectivamente.

- I - criou se / II - as / III - acerca / IV - aut.
- I - criou-se / II - às / III - a cerca / IV - alta.
- I - criou se / II - às / III - a cerca / IV - aut.
- I - criou-se / II - as / III - acerca / IV - alta.

2) Com foco na compreensão do texto, Bechara para Concursos (2019, p. 616) explica que a compreensão de texto consiste em analisar o que realmente está escrito, ou seja, coletar dados do texto. E interpretação consiste em saber o que se infere (conclui) do que está escrito. Em relação a compreensão do texto, assinale a alternativa correta.

- Projeto Galileo vai procurar objetos extraterrestres no Sistema Solar, pois o projeto é de um famoso Oumuamua, astrofísico de Harvard que foi convidado a desenvolver satélites alienígenas.
- Avi Loeb, Astrofísico de Harvard e autor de livro sobre extraterrestre foi convidado a procurar por objetos semelhantes ao Oumuamua, um pedaço de rocha vindo de fora do Sistema Solar, a fim de encontrar vida inteligente fora da Terra.
- Loeb pretende levantar fundos para construir uma rede de televisores de baixo custo - que, segundo ele, custariam apenas US\$ 500 mil cada unidade.
- A NASA enviou um relatório secreto para o astrofísico e autor, Loeb, com dados suficientes para afirmar que outros objetos eram balões meteorológicos, drones utilizados em programas secretos dos EUA.

3) Assinale a alternativa que apresenta a tipologia textual predominante no texto 01.

- Descrição.
- Injunção.
- Indução.
- Discrição.

4) Em referência à acentuação gráfica, assinale a alternativa que apresenta as palavras do texto que sejam polissílabas e proparoxítonas.

- último; científica; alienígena.
- científica; alienígena; meteorológico.
- ninguém; meteorológico; alienígena.
- científica; último; meteorológico.

5) Em estudo, no item ‘flexões de voz’, Bezerra (2015, p.371) nos explica que há a voz ativa e a voz passiva para enfatizarmos o sujeito ou o objeto da oração. Leia as quatro orações retiradas do texto e assinale a única que está na voz ativa.

- O pedregulho foi identificado pelo telescópio Pan-STARRS1.
- O pedregulho foi nomeado como Oumuamua pelos seus descobridores.
- Foi divulgado um estudo feito pela União Geofísica Americana.
- O trabalho de Loeb não focará nesses UAPs já documentados.

6) Observe a oração a seguir e assinale a alternativa correta a partir da transformação da oração de voz ativa para a voz passiva analítica. Oração em voz ativa: Avi Loeb lidera o projeto.

- O projeto é liderado (por Avi Loeb).
- O projeto será liderado (por Avi Loeb).
- Liderou-se o projeto (por Avi Loeb).
- Liderar-se-á o projeto (por Avi Loeb).

7) Leia as sentenças retiradas do texto e assinale a alternativa em que o verbo seja classificado como transitivo indireto.

- a) um objeto rochoso desconhecido.
- b) a maioria deles eram objetos físicos.
- c) o projeto também consiste em um relatório do governo americano.
- d) evidências de vida alienígena no espaço.

8) Assinale a alternativa que corresponda à sequência de estrutura de formação da oração coordenada sindética adversativa.

- a) “O documento, que analisa uma série de casos envolvendo UAPs”.
- b) “a Universidade de Harvard anunciou o lançamento do Projeto Galileo, que buscará evidências de vida alienígena no espaço”.
- c) “o trabalho de Loeb não focará nesses UAPs já documentados, mas olhará para a frente”.
- d) “alguns investidores procuraram Loeb para financiar um projeto de busca por extraterrestres”.

9) Em linhas gerais, dentro da gramática, há os termos essenciais da oração que são: sujeito e predicado. Segundo Bezerra (2015, p. 425), o sujeito é “o termo que representa o ser a respeito de quem se diz alguma coisa, faz-se alguma declaração”. Assinale a alternativa que apresenta relação do sujeito da oração a seguir, retirada do texto 01.

Oração: Após a publicação do livro, em maio deste ano, alguns investidores procuraram Loeb.

- a) Loeb.
- b) publicação.
- c) livro.
- d) alguns investidores.

10) Paronímia faz parte de significação das palavras. Palavras parônimas, para Sacconi, são “duas ou mais palavras que têm grafia e pronúncia parecidas, mas significados diferentes”. (2008, p. 59). Considerando-se a paronímia, analise as alternativas e assinale aquela em que a palavra em destaque está incorreta. Importa considerar o significado de cada vocábulo informado entre parênteses.

- a) O Dr. Loeb é o maior “experto (perito)” em relação à montagem de telescópios.
- b) Apesar de toda a “discrição (sigilo)” do dr. Loeb, o projeto foi exitoso.
- c) O estrondoso sucesso do Dr. Loeb foi “eminente (notável)” e soberbo.
- d) Todos “comprimentaram (saudaram)” o Dr. Loeb por esse feito.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Considerando os valores lógicos das proposições abaixo:

P: Se dois conjuntos são disjuntos, então a intersecção entre eles é o conjunto unitário.

Q: A diferença entre os conjuntos $A = \{1,2,3\}$ e $B = \{2,3,4\}$, nessa ordem, é o conjunto $\{1,4\}$

Podemos dizer então que o valor lógico:

- a) da conjunção entre P e Q é verdade
- b) da disjunção entre P e Q é verdade
- c) do condicional entre P e Q é falso
- d) do bicondicional entre P e Q é verdade

12) De acordo com o raciocínio lógico de proposições é correto afirmar que:

- a) se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico do condicional entre elas é verdade
- b) se os valores lógicos de duas proposições forem diferentes, então o valor lógico do bicondicional entre elas é verdade
- c) se os valores lógicos de duas proposições forem iguais, então o valor lógico da disjunção exclusiva entre elas é verdade
- d) se os valores lógicos de duas proposições forem verdade, então o valor lógico da conjunção entre elas é falso

13) O tipo de raciocínio lógico cujo objetivo é se determinar a premissa a partir da regra e conclusão é chamado de:

- a) indução
- b) abdução
- c) dedução
- d) assimilação

14) Se Paulo é motorista, então Ana é advogada. Se Carlos é professor, então Paulo é motorista. Sabe-se que Ana não é advogada. Portanto, é válido concluir que:

- a) Paulo é motorista
- b) Carlos não é professor e Paulo é motorista
- c) Carlos não é professor
- d) Carlos é professor e Paulo não é motorista

15) O promotor de uma marca de bebidas fez uma pesquisa num supermercado e chegou ao seguinte resultado: 45 clientes compram a bebida A, 72 clientes compram a bebida B e 16 clientes compram qualquer uma das duas bebidas A ou B. Nessas condições, o total de clientes que compram pelo menos uma das bebidas é igual a:

- a) 121
- b) 133
- c) 101
- d) 117

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16) Relacione as duas colunas quanto as teclas de atalho do navegador Chrome, no ambiente Windows, e suas respectivas funcionalidades:

(1) F5	(A) Ativar ou desativar o modo de tela cheia.
(2) F11	(B) Atualizar a página atual.
(3) Home	(C) Ir para a parte superior da página.

- a) 1A - 2B - 3C
- b) 1B - 2C - 3A
- c) 1B - 2A - 3C
- d) 1C - 2A - 3B

17) Com base na planilha abaixo do Editor de Planilha do Excel, assinale a alternativa que apresenta a única fórmula correta que está embutida na célula C2:

	A	B	C
1	2	3	4
2	5	6	8

- a) =B2/A1*B1-A2+C1
- b) =B2*A1/B1+A2-C1
- c) =B2+A1*B1/A2-C1
- d) =B2-A1+B1*A2/C1

18) Um e-mail possui basicamente duas partes: o cabeçalho e o corpo da mensagem. No cabeçalho apresenta, no mínimo, os seguintes campos:

- (1) De: (endereço do remetente).
- (2) Para: (endereço do destinatário).
- (3) Assunto: (campo não obrigatório).

Da relação apresentada:

- a) existem somente o 1 e 2
- b) existem somente o 1 e 3
- c) existem somente o 2 e 3
- d) existem todos

19) Assinale a alternativa que esteja tecnicamente incorreta quanto as típicas extensões de arquivos de imagem.

- a) GIF
- b) RAR
- c) JPG
- d) PNG

20) O Pacote Microsoft Office é composto de vários aplicativos úteis. O aplicativo que possibilita especificamente a criação de Bancos de Dados é o:

- a) Publisher
- b) Outlook
- c) Access
- d) OneDrive

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) No que diz respeito aos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os dois princípios fundamentais e que decorrem da assinalada bipolaridade do Direito Administrativo – liberdade do indivíduo e autoridade da Administração – são os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular, que não são específicos do Direito Administrativo porque informam todos os ramos do direito público; no entanto, são essenciais, porque, a partir deles, constroem-se todos os demais
- b) O princípio da legalidade, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade
- c) O princípio da moralidade implica saber distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, mas também entre o honesto e o desonesto
- d) O princípio da impessoalidade implica que os atos e provimentos administrativos são imputáveis ao funcionário que os pratica, mas não ao órgão ou entidade administrativa da Administração Pública, de sorte que o agente público deve ser reconhecido como o autor institucional do ato

22) Ainda no que se refere aos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- a) O princípio da publicidade está relacionado com as garantias básicas, já que todas as pessoas têm direito a receber informações sobre os seus interesses especiais, interesses coletivos ou gerais de instituições públicas, salvo as hipóteses de sigilo previstas em lei
- b) O princípio da eficiência deve ser identificado sob dois aspectos: em relação ao modo de atuação do agente público, espera-se a melhor atuação possível, a fim de obter os melhores resultados; já com relação ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a administração pública, se exige que seja a mais racional possível, permitindo que se alcancem os melhores resultados na prestação dos serviços públicos
- c) O princípio da razoabilidade impõe que, ao atuar dentro da discricção administrativa, o agente público deve obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas; assim, ao fugir desse limite de aceitabilidade, os atos serão ilegítimos e, por conseguinte, serão passíveis de invalidação jurisdicional; já o princípio da proporcionalidade exige o equilíbrio entre os meios que a Administração utiliza e os fins que ela deseja alcançar, segundo os padrões comuns da sociedade, analisando cada caso concreto
- d) Com relação ao princípio do controle externo, exige-se um novo modelo de gestão: a administração gerencial; desta forma, os controles administrativos deixam de ser predominantemente por processos para serem realizados por resultados, sob a égide da autotutela administrativa

23) No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) A criação de órgãos e cargos só é feita mediante lei, na qual são definidas as atribuições de cada um; a lei também estabelece uma relação de coordenação e subordinação, onde se faz presente a possibilidade do exercício do poder hierárquico
- b) Todo e qualquer ato administrativo deve estar em conformidade com o direito e, em muitos casos, a conveniência e a oportunidade de se praticar determinado ato já foram valoradas pelo legislador, não havendo margem de escolha ao administrador, sendo esta a hipótese do ato vinculado, onde o comportamento do agente público já foi previamente delimitado, regrado pela lei
- c) De maneira geral, é possível afirmar que o poder de polícia é uma atividade administrativa consistente em intervir no exercício de direitos e liberdades individuais, sem impor restrições para que o interesse particular não cause prejuízo ao interesse público. Corresponde a uma importante medida à disposição da Administração e que, dessa forma, quando houver a oportunidade, deve ser usada e não pode ser considerada como simples faculdade, pois é, realmente, um dever do administrador
- d) O regulamento é um ato normativo secundário ou derivado, pois que sua existência depende da existência de outro ato normativo, qual seja, a lei, e sua missão é, de maneira subalterna à lei, complementar seu conteúdo e, de forma alguma, pode inovar na esfera jurídica. O regulamento não pode criar direitos e obrigações, sob pena de violar o princípio da legalidade constante da Constituição Federal

24) A respeito dos bens públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os bens públicos de uso comum do povo são os que embora pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, podem ser utilizados, sem restrição e gratuitamente, por todos, sem necessidade de qualquer permissão especial; por seu turno, os bens de uso especial são bens privados do Estado, não estando afetados a uma destinação público-social, pois constituem o patrimônio disponível estatal
- b) A Constituição da República estabelece que a União e os Estados-Membros são detentores dos bens nela enumerados, enquanto que, ao Distrito Federal pertencem aqueles que em seu território seriam do Estado-Membro e do Município
- c) Bens públicos são aqueles, materiais ou imateriais, cujo titular é uma pessoa jurídica de direito público (da administração direta, indireta, fundacional ou autárquica) ou uma pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, quando o referido bem estiver vinculado à prestação deste serviço público
- d) O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui não somente aqueles bens que pertencem às pessoas de Direito Público, ou seja, União, Estados-Membros, Distrito Federal, Municípios, autarquias, associações públicas e as demais entidades de caráter público, mas também bens particulares que, embora não pertencendo a essas pessoas, estão afetadas a uma destinação pública específica

25) Relativamente aos serviços públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Poder concedente é aquele que possui a titularidade do serviço público delegado e pode ser traduzido na União Federal, no Distrito Federal, num Estado Membro ou num Município. Concessionário, é o particular que presta o serviço público mediante outorga estatal
- b) Serviços sociais são atividades que visam atender necessidades essenciais da coletividade em que há atuação da iniciativa privada ao lado da atuação do Estado
- c) Serviços públicos indelegáveis são aqueles que somente podem ser prestados pela Administração, ou seja, não admitem delegação de sua execução a terceiros, em razão de estarem relacionados com as atividades inerentes do Poder Público
- d) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos

26) No que diz respeito aos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Agentes políticos são os componentes de primeiro escalão do Governo, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais. Atuam com liberdade funcional, com as prerrogativas e responsabilidades próprias. Possuem normas privativas para sua escolha, investidura, conduta e processos por crimes funcionais e de responsabilidade cometidos
- b) Os particulares em colaboração com o Estado compreendem os gestores de negócio, aqueles que espontaneamente e em momento de emergência assumem alguma função pública, tal como em caso de epidemia, incêndio, enchente, dentre outras situações análogas
- c) Em relação a terceiros, os atos dos agentes de fato são confirmados pelo poder público, em razão da excepcionalidade da situação, a segurança jurídica, a boa-fé de terceiros e o próprio interesse público. Esses quatro critérios têm legitimidade para suprir os requisitos de direito e convalidar os atos praticados pelos agentes de fato
- d) Agentes putativos são os que desempenham uma atividade pública na presunção de que há legitimidade, embora tenha havido a investidura dentro do procedimento legalmente exigido

27) Segundo o preceituado na Lei nº 14.133 de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pode ser afirmado que:

- a) contratante é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública
- b) autoridade é a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração
- c) serviço é a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento
- d) serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços

28) Ainda segundo o constante da Lei nº 14.133 de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), pode ser afirmado que:

- a) o julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, mas o desconto não poderá ser estendido aos eventuais termos aditivos
- b) o concurso público, em sua qualidade de procedimento licitatório, se destina ao provimento de cargos e empregos públicos
- c) nas licitações internacionais, permite-se ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, sendo vedada tal atividade ao licitante brasileiro
- d) são modalidade de licitação o pregão, o diálogo competitivo, o leilão, a concorrência e o concurso

29) No que se refere à desapropriação por utilidade pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando a desapropriação destinar-se à execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, a receita decorrente da venda ou da exploração imobiliária dos imóveis produzidos não poderá compor a remuneração do agente executor
- b) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço
- c) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo
- d) Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa

30) No que concerne ao disposto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário
- b) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal
- c) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa
- d) Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deverá representar a Autoridade Policial competente, para as providências necessárias

31) Em consonância com o preceituado na Lei Complementar nº 118, de 31 de dezembro de 2007, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional da Educação Municipal de Dourados - MS, deve-se compreender por “rede municipal de ensino - REME”:

- a) o grupo de apoio educacional no âmbito do ensino público. VI - categoria funcional: profissão definida, integrada de classes hierárquicas, constituídas de cargos da mesma natureza, classificados em níveis crescentes de habilitação
- b) o conjunto de deveres, responsabilidades, atividades, tarefas ou atribuições cometidas a titulares, denominados Profissionais da Educação Municipal, regidos por lei
- c) o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação
- d) o conjunto de Instituições e de Órgãos e serviços de natureza pública ou privada, com a finalidade de planejar, orientar, controlar a execução das atividades educacionais na jurisdição do Município, em conformidade com as diretrizes da legislação vigente, assegurando a qualidade de ensino e o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania

32) No que se refere à “progressão funcional” do profissional efetivo do Magistério do Município de Dourados – MS, assinale a alternativa incorreta.

- a) A progressão do profissional efetivo do Magistério Municipal será concedida uma vez que comprovada a nova escolaridade, com diploma registrado no órgão competente, acompanhado do respectivo histórico escolar, e ao direito dar-se-á a partir de 15 (quinze) dias após o requerimento instruído e protocolado no Registro Geral da SEMED
- b) Para os servidores efetivos do Grupo de Apoio a Gestão Educacional, será concedido, a título de gratificação, o adicional de incentivo à capacitação na proporção de 5% (cinco por cento) do vencimento base para cada nova escolaridade, no limite máximo de 15% (quinze por cento) do vencimento base, mediante comprovação por certificado ou diploma registrado no órgão competente
- c) O beneficiário da progressão indevida não será obrigado a restituir o que a mais houver recebido, haja vista que não se admite possa o Município se locupletar do trabalho do servidor público
- d) A progressão funcional consiste na movimentação do profissional efetivo do Magistério Municipal, do nível em que se encontrar para outro, imediatamente seguinte, de acordo com os níveis previstos na lei de regência, independentemente do número de vagas

33) No que diz respeito ao estágio probatório do profissional efetivo do Magistério do Município de Dourados – MS, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não se tornará estável o Profissional da Educação que não atender os requisitos do estágio probatório, advindo sua demissão
- b) A avaliação será feita na unidade educacional onde o profissional da educação estiver em efetivo exercício ao qual deverá constar um representante Sindical
- c) Será estável após 03 (três) anos de efetivo exercício, o Profissional da Educação Municipal que atender os requisitos mínimos do estágio probatório
- d) O profissional da educação em exercício durante o período do estágio probatório, que estiver em entidade ou órgão que desenvolva atividades relacionadas com a educação e em Mandato Classista será avaliado pelo chefe imediato ou pela diretoria do órgão classista, para fins de estabilidade

34) De acordo com o expressamente preceituado no Código Tributário do Município de Dourados – MS, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- a) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício
- b) os gestores públicos, pelos tributos devidos, pelo Município, a outros entes federativos
- c) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos maiores, que com eles residam
- d) a herança vacante, pelos tributos devidos pelo espólio

35) Segundo as disposições constantes da Lei Orgânica do Município de Dourados – MS, o servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar:

- a) voluntariamente, com proventos integrais, se optar pelo regime especial de aposentadoria, desde que possua 30 (trinta) anos de contribuição, com qualquer idade
- b) por incapacidade provisória para o trabalho, no cargo em que estiver investido, na forma de lei complementar municipal
- c) voluntariamente, com a idade mínima aos sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher
- d) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 (sessenta) anos de idade, ou aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar

36) De acordo com o previsto na Lei Complementar nº 310 de 29 de março de 2016, a qual dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração de servidores da Prefeitura Municipal de Dourados - PCCR dos Servidores da Administração Geral do Município de Dourados, pode ser apresentada como indenização ao servidor, dentre outras:

- a) transporte, concedida ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio oficial de locomoção para a execução de serviços em geral, por força das atribuições próprias do cargo ou mediante solicitações de sua chefia direta
- b) indenização por plantão de serviço, para remunerar o servidor efetivo que for convocado para prestar serviços dentro de sua carga horária regular, por período certo e com carga horária pré-estabelecida, no limite de 48 (quarenta e oito) horas semanais e em valor proporcional às horas trabalhadas, considerando o serviço extraordinário em dias úteis ou prestado no horário noturno
- c) indenização por plantão social de sobreaviso para remunerar o servidor efetivo designado para eventual prestação de serviço dentro de sua carga horária regular, em dias úteis ou não úteis ou ainda no horário noturno, por período certo e carga horária preestabelecida, para atender demandas do Município
- d) diárias, concedidas ao servidor que a serviço afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fazendo jus antecipadamente a passagens e diárias, destinadas a indenizar as parcelas de despesa extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser regulamento

37) Em consonância com o disposto expressamente na Lei Complementar nº 309 de 29 de março de 2016, compete à Procuradoria Geral do Município de Dourados – MS, dentre outras atribuições:

- a) promover representação para fins de intervenção do Estado ou da União no Município
- b) requisitar informações e documentos para instruir procedimentos administrativos e penais de qualquer órgão público situado no Município
- c) participar de atividades referentes à apuração de irregularidades funcionais e de responsabilidades, conforme estabelecido na legislação vigente
- d) promover o inquérito civil para a tutela do meio ambiente e de outros direitos difusos

38) Conforme o preceituado na Lei Complementar nº 309 de 29 de março de 2016, e relativamente ao tema do “desenvolvimento funcional”, assinale a alternativa incorreta.

- a) A progressão consiste na movimentação do servidor, pelo critério de antiguidade para a classe imediatamente seguinte à ocupada, do dentro do mesmo cargo
- b) O servidor concorrerá à progressão ou promoção desde a sua posse, contando o tempo de serviço de todo o efetivo exercício para as demais contagens para benefícios financeiros ou funcionais futuros
- c) A promoção consiste na elevação funcional do Procurador Municipal, pela decorrência de tempo no exercício da função, ou por merecimento através da avaliação de desempenho, mediante a movimentação de uma referência para a imediatamente seguinte, dentro do respectivo cargo
- d) O desenvolvimento funcional tem por escopo proporcionar oportunidade de crescimento na carreira, objetivando a realização pessoal e profissional dos recursos humanos da Procuradoria Geral do Município

39) Apresenta-se como garantia dos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal Tributário e Fiscal de Tributos Municipais, sem prejuízo de outras previstas em legislação específica:

- a) autonomia técnica e independência funcional
- b) submissão a regime jurídico de direito privado
- c) justa indenização nos casos de deslocamento em serviço e de emprego de bens oficiais
- d) remoção a pedido, desde que comprovada real necessidade

40) Relativamente ao “direito de petição”, como tal previsto na Lei Complementar nº 107 de 27 de dezembro de 2006, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Dourados e de suas autarquias e fundações públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Cabe recurso do indeferimento do pedido de reconsideração, o qual deve ser dirigido ao Prefeito e protocolado no órgão que proferiu a primeira decisão
- b) O direito de requerer prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de cassação de disponibilidade, de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho
- c) Cabe pedido de reconsideração à mesma autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, podendo ser renovado uma única vez
- d) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a partir da publicação ou ciência pelo interessado da decisão recorrida

41) No que diz respeito à penalidades administrativas de natureza disciplinar previstas na Lei Complementar nº 107 de 27 de dezembro de 2006, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Dourados e de suas autarquias e fundações públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 30% (trinta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço
- b) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar
- c) Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação
- d) A pena de suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias

42) “Conquanto possa ser identificado como um direito fundamental, reconhecido pela ordem jurídica, não se encontra expressamente previsto na Constituição Federal”. A frase em referência faz alusão:

- a) ao direito à liberdade religiosa
- b) ao direito ao duplo grau de jurisdição
- c) ao direito à celeridade processual
- d) ao direito à proteção dos dados pessoais nos meios digitais

43) No que concerne à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta.

- a) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos a partir do momento que entra em vigor, sendo suas principais características a aplicabilidade direta, imediata e integral
- b) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que, embora tenham condições de produzir todos os seus efeitos a partir do momento que entram em vigor, podem ter seus efeitos reduzidos ou restringidos
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada podem ser definidas como aquelas que não estão aptas a produzir todos os seus efeitos a partir do momento que entra em vigor, precisando de uma integração por lei integrativa infraconstitucional ou por meio de emenda constitucional
- d) As normas constitucionais de eficácia prospectiva são aquelas que não estão aptas a produzir todos os seus efeitos a partir do momento que entra em vigor, tendo como características principais a aplicabilidade indireta e mediata

44) No que diz respeito aos métodos de interpretação das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Por meio do método tópico-problemático, defendido por Theodor Viewheg, busca-se interpretar as normas constitucionais discutindo um problema concreto, ou seja, parte-se do problema concreto para a norma, objetivando adaptar a Constituição ao problema, concebendo-se a Carta Magna como um conjunto aberto de regras e princípios
- b) O método científico-cultural, defendido por Rudolf Smend, busca analisar o texto constitucional sob o ponto de vista da realidade espiritual da comunidade, levando-se em consideração os valores subjacentes ao texto da constituição
- c) O método hermenêutico-concretizador, defendido por Joaquim José Gomes Canotilho, reconhece-se a importância do aspecto objetivo de interpretação, no qual se impõe um movimento estático do objetivo para o subjetivo, partindo-se da realidade social e aplicando a um contexto normativo
- d) Segundo o método normativo-estruturante, defendido por Friedrich Muller, inexistente identidade entre norma jurídica e texto normativo; assim, tem-se que a norma constitucional abrange um pedaço da realidade social, pois não restringe somente ao texto, mas se expande nas atividades legislativa, jurisdicional e administrativa e, por isso, deve ser analisada em todos os níveis

45) No que se refere ao poder constituinte, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder constituinte originário é um meio de se produzir mudanças na estrutura organizacional de um Estado, inerentes às necessidades que acarretam o desenvolver social, ou seja, é um poder de fato que estabelece a Constituição Federal, podendo ser formal, material, histórico ou revolucionário
- b) O poder constituinte derivado é aquele instituído pela própria Constituição. Trata-se do poder de modificar a Carta Magna em vigor segundo as regras e processos nela descritos. Este poder é também denominado poder de revisão, poder constituinte em sentido impróprio, de segundo grau, instituído, e difere do poder constituinte originário, pois este reside no povo, permanece fora da Constituição, nenhum poder de revisão poderá a regulamentá-lo, mantém-se fora e sobre a Constituição, quanto aquele se move dentro do quadro constitucional criado pelo poder constituinte originário
- c) O poder constituinte derivado revisor foi previsto nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelecendo que a revisão constitucional seria realizada após 5 anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão bicameral, sendo que o procedimento próprio da alteração das normas constitucionais, ou seja, 3/5 dos votos em ambas as casas legislativas
- d) O poder constituinte supranacional busca a sua fonte de validade na cidadania universal, no pluralismo de ordenamentos jurídicos, na vontade de integração e em um conceito remodelado de soberania; agindo de fora para dentro, busca estabelecer uma Constituição supranacional legítima. Faz as vezes do poder constituinte porque cria uma ordem jurídica de cunho constitucional, na medida em que reorganiza a estrutura de cada um dos Estados ou adere ao direito comunitário de viés supranacional por excelência, com capacidade para submeter as diversas constituições nacionais ao seu poder supremo

46) São bens da União, dentre outros:

- a) todas as terras devolutas, em sua qualidade de bens dominicais
- b) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva
- c) os recursos minerais, excluindo os do subsolo
- d) os pertencentes às autarquias e fundações públicas federais

47) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) legislar sobre propaganda comercial
- b) legislar sobre política de crédito e transferência de valores
- c) legislar sobre desapropriação
- d) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito

48) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei deve reservar percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão
- b) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- d) Somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de autarquia, empresa pública, empresa de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, em todos estes casos, definir as áreas de sua atuação

49) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.

- a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal
- b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados
- c) Apresenta-se como função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação civil pública, na forma da lei
- d) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução

50) Não integra o rol de competências constitucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

- a) exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes
- b) receber e conhecer das reclamações contra membros do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares e serventias, excluindo-se de seu poder de correição os órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuam por delegação do poder público ou oficializados
- c) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União
- d) zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura

51) No que se refere à responsabilidade do Presidente da República, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal
- b) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade
- c) O Presidente ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal
- d) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções

52) No que se refere às normas aplicáveis às emendas constitucionais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros
- b) A proposta de emenda à Constituição deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros
- c) A emenda à Constituição deverá ser promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem
- d) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, estado de defesa ou de intervenção federal

53) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis às finanças públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central
- b) O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros
- c) A elaboração e a execução de planos e orçamentos dos entes federativos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida
- d) Desde que autorizado pelo Ministério da Fazenda, admite-se ao Banco Central conceder empréstimos ao Tesouro Nacional ou a pessoa jurídica de direito público integrante da administração direta, autárquica ou fundacional

54) Relativamente aos preceitos constitucionais incidentes sobre a Ordem Econômica, assinale a alternativa incorreta.

- a) Empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado
- b) Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida
- c) Os entes federativos devem dispensar às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei
- d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado deve exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado

55) No que concerne às fontes do Direito do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Sentenças normativas são as decisões proferidas em dissídios coletivos. Em sua qualidade jurídica de atos-regra, criam regras gerais, abstratas, impessoais e obrigatórias e constituem fontes formais heterônomas do Direito do Trabalho
- b) Os acordos coletivos de trabalho são fontes formais autônomas do Direito do Trabalho, pois criam normas jurídicas a partir da intervenção direta dos destinatários das mesmas, no caso o sindicato dos trabalhadores e o polo do empregador, representado por seu sindicato
- c) Os costumes, consubstanciados em práticas reiteradas de condutas, identificadas como adequadas aos deveres jurídicos impostos à sociedade, representam uma das fontes formais do Direito do Trabalho, também porque, tanto os costumes quanto os usos, de sua iterativa aplicação social, não raro fazem surgir a própria norma legal
- d) A posição majoritária da doutrina aponta para o acolhimento dos Tratados e convenções internacionais com a qualidade de fontes formais do direito, desde que ratificados pelo Brasil, hipótese em que ingressam no ordenamento jurídico, no mínimo, com o status de lei ordinária

56) Assinale a alternativa que apresenta a opção da doutrina majoritária do Direito do Trabalho brasileiro pela teoria justificadora da “relação de emprego”.

- a) O direito trabalhista brasileiro adotou a teoria do arrendamento ou da locação, segundo a qual, o contrato de emprego possui a natureza do arrendamento do direito civil (locação de serviços) ou da empreitada (locação de obra)
- b) O direito trabalhista brasileiro adotou a teoria da compra e venda, segundo a qual, o trabalhador vende sua força de trabalho ao empregador em troca do salário
- c) O direito trabalhista brasileiro adotou a teoria do mandato, segundo a qual, o empregado atua como mandatário do empregador, havendo assim um contrato específico, eis que, segundo as premissas jurídicas, mandato é o contrato pelo qual uma pessoa confere à outra, poderes para representá-la
- d) O direito trabalhista brasileiro adotou a teoria do contrato, segundo a qual, as relações contratuais podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes

57) Com relação aos princípios do Direito do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Princípio da proteção ou tutelar consiste na utilização da norma e da condição mais favoráveis ao trabalhador, de forma a tentar compensar juridicamente a condição de hipossuficiente do empregado. Ele consiste na aplicação, ao Direito do Trabalho, do princípio da igualdade em seu aspecto substancial, segundo o qual igualdade é tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades
- b) Segundo o princípio da norma mais favorável, não prevalece necessariamente, no Direito do Trabalho, o critério hierárquico de aplicação das normas; isto é, existindo duas ou mais normas aplicáveis ao mesmo caso concreto, dever-se-á aplicar a que for mais favorável ao empregado, independentemente do seu posicionamento na escala hierárquica. Tal princípio há de ser reconhecido tanto diante das chamadas normas proibitivas estatais, nas hipóteses de prevalência do negociado sobre o legislado e na hipótese de sobreposição de normas coletivas
- c) O princípio da condição mais benéfica impõe que as condições mais vantajosas previstas no contrato de trabalho ou no regulamento de empresa devam prevalecer diante da edição de normas que estabeleçam patamar protetivo menos benéfico ao empregado
- d) Para o princípio da primazia da realidade, e segundo a ótica do Direito do Trabalho, deve-se primar pelo que realmente aconteceu no mundo dos fatos em detrimento daquilo que restou formalizado no mundo do direito, sempre que não haja coincidência entre estes dois elementos. É o triunfo da verdade real sobre a verdade formal

58) No que concerne a figura jurídica do empregado, e segundo a ótica do Direito do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não importa para a identificação do vínculo de emprego o tipo de trabalho realizado, sendo certo que o empregado pode realizar qualquer trabalho lícito. Corroborando esta afirmação, a lei afirma que “não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição do trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual”
- b) A proibição da distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual visa garantir a igualdade de tratamento (isonomia) entre todos os trabalhadores, independentemente das atividades exercidas. Não obstante, existem profissões regulamentadas por leis específicas que conferem tratamento diferenciado a determinados trabalhadores
- c) Para configuração do vínculo de emprego, não faz diferença o local onde serão prestados os serviços, sendo que a lei assim dispõe: “não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego
- d) Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão não se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio

59) No que diz respeito à figura jurídica do empregador, e de acordo com o prisma do Direito do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Possuem aptidão para compor a figura do grupo econômico entes que não se caracterizam por atuação econômica, que não sejam essencialmente seres econômicos, que não consubstanciem empresas, como ocorre com os denominados empregadores por equiparação
- b) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados
- c) O conceito de empregador decorre do conceito de empregado, isto é, sempre que um trabalhador ofereça a outrem sua energia de trabalho, nos limites da relação de emprego, o tomador de seus serviços será empregador, independentemente de sua natureza jurídica (pessoa física, pessoa jurídica ou mesmo ente despersonalizado)
- d) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço

60) Relativamente às características do contrato de trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) O contrato de trabalho é consensual, em contraposição ao contrato formal ou solene. Com efeito, o contrato de trabalho exige apenas o acordo entre as partes, ou seja, o mero consentimento, independentemente de qualquer solenidade (pode ser até tácito) ou forma especial (pode ser verbal ou escrito, se expresso, ou, repita-se, apenas tácito)
- b) O contrato de trabalho é dotado de alteridade, porque o empregado trabalha por conta própria, no que deve afirmar que, ao receber o salário, o empregado faz jus aos resultados do empreendimento, sejam eles positivos ou negativos
- c) O contrato de trabalho é sinalagmático, no sentido de que é bilateral e cria obrigações para ambas as partes, e comutativo, no sentido de que há equivalência entre a prestação de serviços e a contraprestação salarial
- d) O contrato de trabalho é ajuste de direito privado, porque a essência do contrato, a saber, a prestação de serviço, é de natureza privada, inclusive quando o Estado é o empregador, pois neste caso age como particular, sem privilégios frente ao Direito do Trabalho. Ademais, os sujeitos do contrato são particulares

61) No que se refere à petição inicial no dissídio individual, assinale a alternativa incorreta.

- a) A petição inicial trabalhista é o instrumento de que se vale o reclamante para invocar a prestação jurisdicional do Estado, é o ato processual com que se inicia a ação trabalhista e que delimita o objeto da lide, especificando os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido
- b) A inépcia da petição inicial leva ao seu indeferimento e, conseqüentemente, à extinção do processo sem julgamento do mérito. Antes, porém, de reconhecer a inépcia da petição inicial e extinguir o processo sem julgamento do mérito, deve o juiz conceder prazo de 15 (quinze) dias para o reclamante sanar a irregularidade
- c) A petição inicial pode ser vista como elemento delimitador da demanda, devendo o juiz decidir o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado
- d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência

62) No que diz respeito às Comissões de Conciliação Prévia, assinale a alternativa incorreta.

- a) A CLT admite a instituição de Comissão de Conciliação Prévia, conforme o âmbito de atuação, como no âmbito de um grupo de empresas, alcançando demandas dos empregados de todas elas
- b) A CLT admite a instituição de Comissão de Conciliação Prévia, conforme o âmbito de atuação, como no âmbito de um sindicato determinado, alcançando as demandas dos trabalhadores daquela categoria
- c) As Comissões de Conciliação Prévia poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical
- d) Comissões de Conciliação Prévia são colegiados paritários obrigatoriamente formados no âmbito da empresa e/ou dos sindicatos, com o objetivo de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho

63) No que se refere aos princípios relacionados com o Direito Coletivo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Acordo com o princípio da interveniência sindical na normatização coletiva, somente deve ser considerada válida a negociação coletiva se dela tiver tomado parte o sindicato dos trabalhadores
- b) De acordo com o princípio da equivalência dos contratantes coletivos, se no direito individual há flagrante disparidade de armas entre os dois polos contratantes, no direito coletivo há que se ter equivalência entre ambos, ou seja, devem ter força semelhante, sendo esta, a razão de ser do Direito Coletivo do Trabalho
- c) Em conformidade com o princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas, a negociação coletiva resulta em autênticas normas jurídicas, em comandos abstratos, gerais e impessoais, com as consequências daí decorrentes
- d) O princípio da autonomia sindical garante a autonomia administrativa dos sindicatos, livrando-os da ingerência do Estado e mesmo das próprias empresas

64) No que se refere ao tema da prescrição e da decadência no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Nas pretensões que envolvam parcelas de trato sucessivo, como pagamento de adicionais, é necessário observar a extensão da prescrição, isto é, se ela será total ou parcial. Essa extensão diz respeito exclusivamente a em que momento ocorrerá a prescrição bienal. Sendo seu critério de definição o fato da parcela discutida estar assegurada ou não pelos preceitos trabalhistas
- b) A interrupção do prazo prescricional somente ocorrerá pela remessa de notificação extrajudicial ou pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, ainda que seja em juízo incompetente ou que a ação seja julgada sem resolução de mérito
- c) Só se fala em prescrição bienal se não mais existe contrato de trabalho, caso o contrato de trabalho ainda estiver vigente a prescrição é sempre a quinquenal
- d) Extinto o contrato de trabalho, a data do desligamento do empregado não tem relevância alguma para a contagem da prescrição quinquenal, mas tão somente para verificação da prescrição bienal

65) Relativamente às provas no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Será produzida prova pericial em duas hipóteses: quando a lei exigir; e quando a prova do fato exigir o conhecimento especializado de determinado profissional, acima do conhecimento comum. Nestes casos, caberá ao juiz determinar um prazo, indicar o objeto da perícia e nomear um perito devidamente inscrito no órgão da classe competente
- b) A aplicação da prova testemunhal no processo do trabalho é mais ampla que nos demais processos. Não se proíbe, por exemplo, a prova exclusivamente testemunhal nas ações que tenham como objeto contrato com valor superior a dez vezes o salário mínimo, tampouco perde o valor a prova testemunhal de apenas uma testemunha
- c) Algumas alegações exigem a apresentação de prova documental. São elas: a) O pagamento de salários; b) O pedido de demissão ou termo de quitação das verbas rescisórias de empregados com mais de um ano de serviço; c) O controle de horário de trabalho nas empresas com mais de 10 (dez) funcionários; d) O exercício de atividade externa incompatível com a fixação do horário de trabalho
- d) Permite-se ao juiz realizar inspeção em pessoa, coisa ou local, de ofício ou a requerimento das partes, a fim de esclarecer sobre determinado fato pertinente à sua decisão, sendo vedado às partes participar da inspeção

66) Concernente aos recursos no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) De acordo com a legislação trabalhista, das decisões proferidas pelos órgãos da Justiça do Trabalho, são admissíveis determinados recursos, podendo ser citados o recurso ordinário, o embargo de declaração, o recurso de revista, o agravo de instrumento, o agravo de petição, os embargos ao TST, o agravo regimental, o recurso adesivo e o recurso extraordinário
- b) A interposição dos Embargos de Declaração visa a sanar omissão, obscuridade ou contradição mediante o esclarecimento ou complementação do julgado, para corrigir manifesto equívoco no exame dos pressupostos de admissibilidade recursal e para prequestionar determinada matéria não apreciada na decisão
- c) O Recurso de Revista denominado como recurso extraordinário, não serve para reexaminar fatos e provas e sim para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho em dissídios individuais, proferido em grau de recurso ordinário. Seus requisitos para admissibilidade são: divergência jurisprudencial na interpretação de lei federal, divergência jurisprudencial na interpretação de lei federal, convenção coletiva, acordo coletivo e sentença normativa, violação de literal dispositivo de lei federal ou da Constituição Federal e o prequestionamento
- d) O Agravo de Instrumento é um recurso previsto nos Regimentos Internos dos Tribunais e serão utilizados para impugnar decisões proferidas pelo Presidente, Corregedor e Relator dos tribunais

67) Prática crime de lavagem de dinheiro aquele que, dolosamente, venha a:

- a) imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário
- b) utilizar, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal
- c) desviar bem alcançado pela indisponibilidade legal resultante de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira
- d) exigir, em desacordo com a legislação, comissão ou qualquer tipo de remuneração sobre operação de crédito ou de seguro, administração de fundo mútuo ou fiscal ou de serviço de corretagem ou distribuição de títulos ou valores mobiliários

68) Relativamente à ação rescisória no Processo do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) O prazo legal para interposição da ação rescisória trabalhista é de dois anos. Esse prazo é contado a partir da data de trânsito em julgado da última decisão proferida no processo que seja objeto da rescisória
- b) A execução da decisão proferida em ação rescisória deve ser realizada nos próprios autos da ação que lhe deu origem
- c) As ações rescisórias originadas de Varas do Trabalho devem ser julgadas pelos Juizes de Primeiro Grau ou pelos Magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho e/ou do Tribunal Superior do Trabalho
- d) A execução da decisão proferida em ação rescisória deve ser instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado

69) De acordo com o idealizador do Código Civil de 2002, Miguel Reale, a atual codificação civilista está baseada em três princípios fundamentais. Nesse sentido, assinale a alternativa em que se faz presente um princípio que não integra o rol de princípios fundamentais que orientam o diploma civil de 2002.

- a) Princípio da operabilidade: esse princípio tem dois sentidos. Primeiro, o de simplicidade dos institutos jurídicos, como ocorreu com a prescrição e decadência. Segundo o de efetividade, por meio do sistema de cláusulas gerais e conceitos indeterminados adotado pela atual codificação
- b) Princípio da inerência do risco: toda atividade humana possui inerente o risco. Mesmo a pessoa agindo licitamente, em conformidade com lei e suas obrigações, e não tomando nenhuma decisão incorreta e irregular, poderá advir uma situação que enseje a responsabilização civil
- c) Princípio da eticidade: a codificação atual preocupou-se precipuamente com a ética e a boa-fé, sobretudo com a boa-fé objetiva, aquela que existe no plano da conduta de lealdade dos participantes negociais
- d) Princípio da socialidade: o Novo Código Civil distancia-se do caráter individualista da codificação anterior. O "nós" prevalece sobre o "eu". Todos os institutos civis têm função social, caso do contrato e da propriedade

70) No que diz respeito ao Direito Consuetudinário como fonte do Direito Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O costume é uma norma que deriva da longa prática uniforme ou da geral e constante repetição de dado comportamento sob a convicção de que corresponde a uma necessidade jurídica. A fonte jurídica formal é, então, a prática consuetudinária, sendo o costume ou a norma costumeira uma forma de expressão jurídica
- b) A prática consuetudinária, da qual resulta o costume, é, em regra, uma fonte de cognição subsidiária ou supletiva e da mais alta relevância
- c) O recurso ao costume só tem cabimento quando se esgotarem todas as potencialidades legais. Daí o seu caráter de fonte subsidiária, procurando completar a lei e preencher a lacuna. A legislação estatal não nega a força do direito consuetudinário, apenas reivindica para si a devida precedência
- d) O costume *praeter legem* é aquele que se forma em sentido contrário ao da lei. Seria o caso da *consuetudo abrogatoria*, implicitamente revogatória das disposições legais, ou da *desuetudo*, que produz a não-aplicação da lei, em virtude de desuso, uma vez que a norma legal passa a ser letra morta

71) No que diz respeito às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior
- c) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue

72) De acordo com expressa previsão constante do Código Civil brasileiro, far-se-á averbação em registro público:

- a) a interdição por incapacidade absoluta
- b) a emancipação por outorga por sentença do juiz
- c) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação
- d) a emancipação por outorga dos pais

73) No que tange aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando for comprovada a inexistência de intenção difamatória
- b) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte
- c) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária
- d) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica

74) No que se refere ao crime de lavagem de dinheiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) A pena deverá ser aumentada de um a dois terços, se as condutas típicas descritas na lei de lavagem de dinheiro forem cometidas de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa
- b) A denúncia deverá ser instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos na lei que tipifica os crimes de lavagem de dinheiro, exceto quando for isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente
- c) O processo e julgamento dos crimes previstos na lei de lavagem de dinheiro independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente a decisão sobre a unidade de processo e julgamento
- d) A pena do crime de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime

75) Relativamente à confusão patrimonial, concebida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios, esta não restará caracterizada por:

- a) atos de descumprimento da autonomia patrimonial
- b) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do administrador
- c) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que de valor proporcionalmente insignificante
- d) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio

76) No que toca ao domicílio, como tal previsto no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve
- b) Deve-se compreender, por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada
- c) Nos contratos escritos, é vedado aos contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes
- d) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo

77) No que diz respeito aos bens, como tais previstos expressamente no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas ou não de valor econômico
- b) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro
- c) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária
- d) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram *de per si*, independentemente dos demais

78) No que tange aos atos jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico
- b) Constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, ainda que para o fim de remover perigo iminente
- c) O ato jurídico em sentido estrito, ou meramente lícito, decorre de uma conduta praticada pelo agente, com manifestação de vontade, predeterminado pela norma, sem que o agente possa qualificar diferente a sua vontade
- d) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes

79) No que diz respeito ao negócio jurídico, assinale a alternativa incorreta.

- a) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo
- b) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes
- c) É nulo o negócio jurídico simulado, e igualmente o que se dissimulou, ainda que válido na substância e na forma
- d) É nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade

80) No que se refere ao tema da prescrição no Direito Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes
- b) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor
- d) A exceção prescreve em prazo diverso ao da pretensão

81) De acordo com as disposições da lei que rege a ação civil pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) As ações previstas na legislação que rege a ação civil pública devem ser propostas no foro do ente federativo afetado ou no domicílio do autor do dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa
- b) A legislação que rege a ação civil pública admite expressamente a tutela jurídica da honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos
- c) A propositura da ação civil pública previne a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto
- d) A legislação que rege a ação civil pública admite expressamente a tutela jurídica de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

82) No que concerne ao recurso de apelação, previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória não é impugnável na apelação
- b) O apelado deve ser intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias
- c) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais
- d) Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões

83) No que diz respeito aos atos processuais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais devem ser realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte
- c) Suspendem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos
- d) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local

84) Relativamente à improcedência liminar do pedido, tal como preceituada no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição
- b) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito de abrangência nacional
- c) Não interposta a apelação, o réu deve ser intimado do trânsito em julgado da sentença
- d) Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias

85) No que se refere à contestação, como tal prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) Depois da contestação, será lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou a fato superveniente
- b) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, não implica aceitação da jurisdição estatal e nem mesmo renúncia ao juízo arbitral
- c) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico
- d) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação

86) Relativamente à intervenção de terceiros no processo civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) A assistência pode ser reconhecida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição. Essa modalidade de intervenção de terceiros pode se apresentar de duas formas: simples e litisconsorcial
- b) A denunciação é classificada como incidente, pois instaurada em processo já existente; regressiva, eis que fundada no direito de regresso da parte; eventual, porque se relaciona com a demanda originária e no caso de se constatar que não houve dano ao denunciante, a denunciação não terá sentido; e antecipada, considerando a economia processual
- c) A denunciação a lide encontra amparo no direito regressivo da parte que traz o terceiro eventualmente responsável pelo ressarcimento dos danos ocasionados pelo processo
- d) O pedido de assistência pode ser indeferido liminarmente na hipótese de o pedido ser inadmissível ou de manifesta improcedência. Caso não sejam indeferidos, as partes terão o prazo de 15 dias para manifestação. Esse incidente suspende o curso do processo e, caso admitido, o assistente passa a atuar a partir do acolhimento do incidente

87) No que se refere à competência no processo civil, assinale a alternativa incorreta.

- a) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente
- b) É competente o foro do ente federativo para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro
- d) A ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta

88) No que diz respeito ao julgamento conforme o estado do processo, assinale a alternativa incorreta.

- a) A única espécie de causa que não será encerrada no julgamento conforme o estado do processo é aquela que preencher cumulativamente dois requisitos: pedido que precise ser acolhido ou rejeitado pelo juiz, reclamando julgamento de mérito; e fatos que ainda dependam de esclarecimento
- b) Cumpridas as providências preliminares, ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, resolvendo as questões pertinentes à extinção do processo, ao julgamento antecipado do mérito, total ou parcial, e ao saneamento e à organização do processo
- c) O julgamento antecipado ocorre com a resolução do mérito, sendo possível em duas hipóteses: quando não houver a necessidade de produção de outras provas, ou seja, fatos que não dependem de provas e também na hipótese de revelia
- d) O juiz deve julgar parcialmente o mérito quando um dos pedidos formulados mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento; ademais, o pedido parcial que será julgado antecipadamente deverá ser acessório e dependente do restante do mérito e poderá sofrer mudanças em razão do futuro julgamento das demais questões de mérito

89) No que se refere à ação popular, assinale a alternativa incorreta.

- a) Na ação popular, a prova da cidadania, para ingresso em juízo, deverá ser feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda
- b) Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz do lugar do bem ou do interesse público
- c) Consideram-se patrimônio público para os fins da lei que rege a ação popular, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico
- d) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular

90) No que se refere ao mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta.

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança
- b) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos da lei que rege o mandado de segurança, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições
- c) A lei autoriza a concessão de mandado de segurança de ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução
- d) No processo relativo ao mandado de segurança, o ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial

91) A conduta consistente em “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário”, configura:

- a) crime de patrocínio infiel, previsto no Código Penal Brasileiro
- b) crime de advocacia administrativa, previsto no Código Penal Brasileiro
- c) crime de patrocínio infiel, previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos
- d) crime de patrocínio de contratação indevida, previsto no Código Penal Brasileiro

92) Nos crimes de abuso de autoridade, constitui efeito da condenação:

- a) perda de bens e valores
- b) a perda do cargo, do mandato ou da função pública
- c) inelegibilidade exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 10 (dez) anos
- d) inabilitação pelo período de 1 (um) a 10 (dez) anos

93) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a seguinte conduta:

- a) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato
- b) iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria
- c) utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, mercadoria de procedência estrangeira que importou fraudulentamente
- d) adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos

94) Apresenta-se como direito do preso, previsto expressamente na Lei de Execução Penal, dentre outros:

- a) chamamento nominal
- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- c) higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento
- d) conservação dos objetos de uso pessoal

95) Nos crimes ambientais, são penas de interdição temporária de direito:

- a) prestação pecuniária e recolhimento domiciliar
- b) multa e suspensão parcial de atividades
- c) prestação de serviços à comunidade e suspensão total de atividades
- d) proibição de o condenado contratar com o Poder Público e vedação de participar de licitações, em ambos os casos, pelo prazo de cinco anos em crimes dolosos, e de três anos, em crimes culposos